

O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA E SEUS REFLEXOS SOBRE A AGROPECUÁRIA¹

ELISIO CONTINI² e ELMAR RODRIGUES DA CRUZ³

RESUMO - Discutem-se os principais efeitos do Programa de Estabilização Econômica (PEE) do Governo sobre o setor agropecuário. São analisados os efeitos sobre preços recebidos e pagos pelos agricultores, sobre o crédito rural e sobre a modernização da agricultura. Os efeitos positivos maiores do PEE recaem sobre produtores especializados em agricultura. Estima-se que, em razão da nova política governamental, haverá, nos próximos anos, uma maior pressão sobre as instituições de pesquisa por novas tecnologias.

Termos para indexação: Política econômica, inflação, política agrícola, tecnologia agrícola.

THE ECONOMIC STABILIZATION PROGRAM AND ITS EFFECTS ON THE AGRICULTURAL SECTOR

ABSTRACT - The main effects of the economic stabilization program of the government on the agricultural sector are discussed. The effects on prices received and paid by farmers, on rural credit and on adoption of new technologies, are analyzed and discussed. It is believed that because of the new government policy there will be a tendency, over the next few years, to an increased pressure of new technologies on research agencies.

Index terms: Economic policy, inflation, agricultural policy, agricultural technology.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento brasileiro, das últimas décadas, tem convivido e sido ameaçado constantemente por elevadas taxas inflacionárias. Na década de oitenta, estas tornaram-se persistentes, principalmente pelo efeito retroalimentador da correção monetária. A inflação elevada vinha causando distúrbios sobre a produção, o consumo e o nível de renda dos trabalhadores, comprometendo inclusive o próprio processo de desenvolvimento econômico do País. Para por fim a este processo, o Governo decretou o 'Programa de Estabilização Econômica'.

A 28 de fevereiro do corrente ano, o Governo realizou uma reforma monetária com profundos reflexos sobre toda a economia brasileira. Mudou-se a moeda de cruzeiro para cruzado, com a supressão de três zeros. Na mesma proporção, todos os ativos financeiros foram transformados em cruzados. Eliminou-se a correção monetária de todas as operações financeiras, sendo resguardados somente os depósitos em cadernetas de poupança, o FGTS e o PIS/PASEP. As prestações a pagar

¹ Trabalho solicitado pelo Conselho Editorial.
Análise realizada com base em informações até 14/05/86.

² Dr. rer. pol., Pesquisador do Departamento de Estudos e Pesquisas (DEP/EMBRAPA) - Caixa Postal 040315 - CEP 70312 - Brasília, DF.

³ Ph.D. em Economia Rural, Pesquisador do Departamento de Estudos e Pesquisas (DEP/EMBRAPA) - Caixa Postal 040315 - CEP 70312 - Brasília, DF.

foram desindexadas de uma inflação projetada no futuro, através de tabelas especiais de conversão como as da casa própria (BNH), pagamento de escolas, de aluguéis ou através da tabela geral de conversão de cruzeiros em cruzados.

Para evitar a especulação, congelaram-se os preços de produtos, insumos e serviços. O controle governamental tem sido rígido. Elaboraram-se tabelas especiais para auxiliar os consumidores a fiscalizarem efetivamente os preços. Outra medida de impacto, e necessária para a efetivação do choque heterodoxo, foi o reajuste dos salários de todos os trabalhadores a partir de 1.º de março, com base no valor médio real dos salários nos últimos seis meses, de cada categoria profissional. Concedeu-se um abono de 8% para os salários em geral, e de 15% para o salário mínimo. Na área externa, o Governo estabeleceu uma paridade fixa do cruzado em relação ao dólar.

Em face das mudanças enunciadas acima, os pesquisadores e administradores das ciências agrárias e principalmente os agricultores se indagam como a agropecuária foi atingida pelo Programa de Estabilização Econômica. Embora preliminarmente ainda, passados dois meses do anúncio deste Programa, procurar-se-á identificar neste estudo, os principais impactos sobre o setor, particularmente sobre os preços recebidos pelos produtores rurais e os preços pagos pelos agricultores. Em relação à política governamental, analisar-se-á a alteração no crédito rural e as perspectivas em relação às mudanças tecnológicas na agricultura.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

Observações do comportamento recente do setor indicam que o Programa de Estabilização Econômica fortaleceu a agricultura, a curto, mas principalmente, a médio-longo prazo. Particularmente cabe destacar a diminuição dos elevados custos financeiros na produção agropecuária, eliminados com o fim da correção monetária.

Do lado da demanda por produtos agropecuários, não há indicações de que esta diminua em decorrência das medidas do PEE, deprimindo assim os seus preços a nível de produtor. O aumento de renda das classes trabalhadoras em 1985 e o próprio reajuste salarial em 1986, mesmo pela média dos últimos meses, aumentaram consideravelmente a demanda por estes produtos. Se as importações de produtos agrícolas forem realizadas conforme critérios técnicos de suprir necessidades prementes de abastecimento, os agricultores não terão problemas de aviltamento de preços de seus produtos.

Observa-se, porém, que os preços recebidos pelos produtores rurais não foram afetados uniformemente pelo PEE. Tentar-se-á, a seguir, uma classificação que permita identificar algumas características comuns a grupos de produtos.

Produtos garantidos por preços mínimos

Enquanto que os salários, prestações da casa própria, aluguéis e outras dívidas foram reajustados tendo como base a média dos últimos meses, os preços mínimos

dos principais produtos foram corrigidos e tabelados de acordo com a variação da ORTN do período até fevereiro de 1986. Isto, no nosso entender, representa um **incentivo** à produção agrícola, via preço garantido pelo governo. No rol destes produtos estão os principais alimentos, como arroz, feijão, milho, mandioca, trigo. Quando os preços destes produtos no mercado estão acima do mínimo garantido pelo Governo, naturalmente que os preços podem cair, mas não acreditamos ser provocado pelo Plano de Estabilização. A causa mais provável será um aumento da oferta do produto, particularmente na época de maior comercialização.

Em face da situação de mercado de produtos agrícolas, estimativas recentes indicam que o Governo deverá adquirir, neste ano, ao redor de 9 milhões de toneladas de grãos com um custo total de Cz\$ 23 bilhões. Os produtores preferem vender ao Governo através das Aquisições do Governo Federal (AGF), do que assumir o risco de realizar empréstimos para a comercialização via Empréstimos do Governo Federal (EGF), pagando juros e armazenagem em uma conjuntura em que, embora faltem produtos no mercado, o Governo será obrigado a segurar fixos os seus preços através de leilões periódicos de seus estoques ou através de importações para garantir o sucesso do PEE. A maior parte das compras do Governo deverão dar-se na região da fronteira agrícola, particularmente nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Pará, Bahia e Goiás. Devido aos custos de frete, nestas regiões não compensa o comerciante privado comprar o produto e transportá-lo até os centros consumidores (A Tabela de Preços, 1986).

Segundo Lopes (1986), a fixação dos preços mínimos para a próxima safra de verão 1986/87 enfrentará maiores dificuldades ainda. De um lado, é necessário um estímulo à produção agrícola via preços de garantia compensadores; de outro lado, os preços internacionais são os mais baixos das últimas duas décadas, há disponibilidade cambial para importar, os preços do mercado interno estão tabelados e alguns apresentam problemas de gravosidade, 'tanto no conceito de custos quanto de preços'. Este quadro permite prever que as compras por parte do Governo via AGF serão ainda maiores, correndo o perigo de se estar estatizando a comercialização agrícola. Conseqüentemente, os recursos públicos necessários para tais compras e os subsídios embutidos (diferença entre a compra e a venda mais despesas de armazenamento e juros) poderão acarretar problemas ao próprio Programa de Estabilização Econômica, se tais recursos tiverem origem inflacionária.

Neste caso, o Governo tomou medidas para diminuir a pressão de suas compras via AGF. A primeira medida proposta seria a de baixar os preços mínimos a nível de fevereiro, eliminando-se os 12,8% de acréscimo que foram incorporados em 7 de março (sistema pro-rata tempore). Como esta medida prejudicaria os pequenos produtores, optou o Governo pelo sistema de parcelamento. Assim, as aquisições de médios e grandes serão pagas num prazo de 120 dias, e somente os pequenos é que terão pagamento total a vista.

Produtos com preços determinados pelo mercado

Para os produtos cujos preços são determinados pelo mercado externo, como o café e outros, uma elevação dos preços neste mercado implicará em deslocamento

de maior produção para o exterior. Neste caso, o Governo deverá intervir de alguma forma, se quiser manter os preços internos estáveis. Pelo menos a curto prazo, não se espera que este tipo de problema venha a ocorrer, visto que seus preços no mercado externo tem apresentado tendência de queda.

Os produtos cujos preços são fortemente influenciados pela sazonalidade, como as verduras, legumes e frutas, podem apresentar maiores problemas de abastecimento. Como todos os preços foram congelados a nível de 26 de fevereiro, é de se esperar que os **produtos da época** tenderão a ter uma elevação de preços quando atingem a entressafra; os produtos que estavam na entressafra em fevereiro tenderão a diminuir os seus preços à medida em que se aproximar a respectiva safra. Como os preços não podem subir, a entrada da entressafra reduz a oferta pelo aumento dos custos de produção ou de transporte quando os produtos são trazidos de outras regiões. No caso, recomendar-se-ia que fosse estabelecido um nível de variação tolerável pelo controle de preços do Governo e que não afetasse significativamente o índice de inflação. As notícias oriundas do setor de comercialização indicam que há tolerância quanto a variações de preços destes produtos.

Produtos com preços administrados pelo Governo

Nesta categoria de produtos com preços fixados e reajustados periodicamente pelo Governo estão incluídos o leite, a farinha de trigo, o açúcar e o álcool. Aqueles produtos cuja fixação de preços vinham acompanhando a realidade de mercado não apresentam grandes problemas. Mas os que estavam defasados entre o último aumento efetivado, como o leite, estes apresentaram problemas de rentabilidade para os produtores (Melo, 1986). Em boa hora e em caráter emergencial, o Governo decidiu conceder um subsídio de 30% aos produtores de leite, a partir de 1^o de junho até o fim do ano. Esta atitude demonstra a sensibilidade governamental para um subsector de extrema importância na alimentação popular. Reafirma também a disposição do Governo de continuar firme na determinação de não permitir reajustes de preços de qualquer natureza.

A farinha de trigo e o álcool já possuíam elevados subsídios governamentais em seus preços finais. Como estes foram congelados e não há condições de aumentá-los, isto implica que o Governo deverá continuar arcando com consideráveis recursos para financiar estes setores. Somente para este ano e para o trigo, estima-se que o subsídio atinge a US\$ 960 milhões. A questão que se coloca é se estes recursos não podem ser um fator de recrudescimento inflacionário, caso sejam financiados por emissão de moeda.

PREÇOS PAGOS PELOS PRODUTORES RURAIS

Como os preços de todos os demais bens, os preços dos insumos agropecuários também foram congelados, a níveis de 26 de fevereiro. Os insumos utilizados na agropecuária como maquinaria, corretivos e fertilizantes, defensivos, instrumentos

agrícolas, cada um deles com uma finalidade de marcas e características diferenciadas, serão de difícil controle efetivo por parte do agricultor, particularmente para regiões distantes, onde o nível de informações é precário e a oferta limitada, ou onde há monopólios. As recentes listas de preços divulgadas pela SUNAB podem servir de parâmetro para os agricultores e auxiliá-los na tarefa de controle de preços.

Como grande parte da matéria-prima tinha já seus preços controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), resta saber se os fornecedores, particularmente a indústria, têm condições de suprir o mercado aos preços fixados, caso estes se encontrassem muito baixos. A indústria deverá compensar preços relativamente baixos com aumentos da eficiência produtiva. De outro lado, a participação dos custos financeiros na produção destas indústrias reduziu-se drasticamente pela eliminação da correção monetária. Conseqüentemente, haverá uma diminuição sensível nos custos de produção destes produtos. A elevação das ações das indústrias de fertilizantes, verificada após o pacote econômico nas Bolsas de Valores, retratam esta perspectiva.

CRÉDITO RURAL

A eliminação da correção monetária é a primeira e maior modificação no Crédito Rural. Para os débitos anteriores ao PEE incidirá correção monetária até 28 de fevereiro, e a partir desta data serão cobrados apenas os juros. Passa-se, a seguir, a ilustrar a sistemática para créditos novos.

Tome-se, por exemplo, o caso do arroz de sequeiro. O Valor Básico de Custeio (VBC) desta cultura foi oficializado pelo Banco Central pela carta circular 1.355, de 12 de fevereiro de 1986, ou seja, antes do pacote econômico do governo. Para as faixas de produtividade até 1.000 kg/ha, o VBC é Cz\$ 744,00 por ha (exceto região da SUDAM). Para a faixa de 1.001 a 1.300 kg/ha, o VBC é Cz\$ 991,00, enquanto que de 1.301 a 1.600 kg/ha o VBC estipulado é de Cz\$ 1.283,00 por ha, havendo ainda um VBC de Cz\$ 1.548,00 para a faixa acima de 1.600 kg/ha.

A inflação estava implicitamente incorporada nestes VBC's, pois as liberações acompanham as grandes etapas da safra. Para o arroz 59% do crédito liberado a partir de agosto (preparo de solo, aquisição de insumos, etc.), 19% a partir de outubro (plantio e combate às invasoras) e 22% (ou seja, o restante para inteirar 100%) a partir de fevereiro (colheita). Assim sendo, em fevereiro deste ano, época da oficialização do VBC mencionado acima, teve-se que supor um nível de inflação para as despesas do agricultor no preparo do solo (1.^a liberação), no plantio (2.^a liberação) e na colheita a partir de fevereiro de 1987 (3.^a liberação). Desta forma os Cz\$ 1.548,00 por ha relativos à faixa acima de 1.600 kg/ha, por exemplo, já contemplam o nível de inflação dos 12 meses seguintes (fev. 86 - fev. 87). O pagamento do crédito relativo ao VBC era usualmente feito em junho/julho,

época em que se supõe tenha sido comercializado o produto colhido em março/abril, com a correção monetária do período mais juros variáveis de acordo com as regiões brasileiras, e a categoria de produtor (pequeno, médio ou grande - veja-se o Manual de Crédito Rural para detalhes a respeito).

O Banco Central ainda restringiu o crédito ao consumidor e aos cheques especiais, mas isentou o crédito rural do limite de 5% no máximo do total das operações de crédito, como destinado às aplicações a pessoas físicas (Resolução 1.096, de 20.02.86 do Banco Central). Esta resolução continuava em vigor até a data da redação deste artigo.

A primeira mudança do crédito rural após o pacote está contida na resolução 1.109, de 06.03.86, do Banco Central. Esta resolução mantém as taxas de juros de crédito rural e agroindústrias (artigo 4), e abole a correção monetária para este tipo de operação. Desta forma, se de um lado haveria uma pressão para maior uso de crédito rural para outros usos dado o aperto do crédito ao consumidor, por outro lado há um incentivo para menos crédito para aqueles agricultores que se utilizam do crédito exclusivamente para a agricultura. Explica-se: com o congelamento dos preços, o VBC ficou superestimado, porque nele estava embutida a inflação conforme explicou-se anteriormente.

Como a resolução 1.109 do Banco Central prevê que ele poderá adotar medidas complementares (artigo 6), é possível que os VBC's sejam reajustados para baixo, para serem compatíveis com a inflação zero (ou perto disto), ou que os gerentes de bancos sejam instruídos a repassar apenas uma parcela do VBC total. Novas medidas virão ainda neste primeiro semestre de 1986 para regulamentar a matéria. Notícias veiculadas na imprensa dão conta de que o Governo pretende limitar em 40% o VBC para os médios e grandes produtores para a cultura do trigo. Neste caso enaia-se um protesto dos agricultores. É provável que o Governo tenha de recuar ou fazer outras concessões a estes produtores rurais.

Há que ser levada em conta, por outro lado, a questão da taxa de juros como forma de subsídio ao crédito. O custo de oportunidade do capital na economia brasileira está um pouco acima da taxa média de juros internacionais, ou seja, em torno de 15%. Com a eliminação da correção monetária, qualquer das propostas discutidas, que variam de 3 a 10% ao ano, implicam num subsídio ao crédito agrícola. Acredita-se que este seja o ponto que ocupará grande espaço no debate de política agrícola nos próximos meses.

IMPACTOS SOBRE A MUDANÇA TECNOLÓGICA

As primeiras reações e o êxito a médio-longo prazo do Programa de Estabilização Econômica acenam para mudanças significativas quanto à adoção de novas tecnologias agropecuárias. As condições básicas para tanto foram criadas.

A eliminação da correção monetária, reduziu significativamente as atividades especulativas e animou os empresários a investirem na produção. As próprias poupanças dos agricultores, anteriormente aplicadas em setores mais rentáveis, tenderão

a voltar como investimentos na agropecuária, já que é neste setor que os próprios agricultores conhecem melhor as potencialidades e restrições para a rentabilidade de seus investimentos.

Além do **esvaziamento** da especulação, o Programa de Inflação Zero eliminou riscos e incertezas na atividade agrícola. Nos contratos de financiamentos, particularmente para investimentos, o agricultor não podia antever claramente se o produto a ser plantado teria seu preço elevado tanto quanto a correção monetária incidente sobre os financiamentos. A incerteza quanto ao comportamento do setor e da economia como um todo limitavam a vontade de o agricultor investir em suas atividades produtivas.

Os investimentos, tanto de recursos próprios ou de terceiros, são uma predisposição e condição para a adoção de tecnologias inovadoras no setor agropecuário. Como o País dispõe de um estoque significativo de tecnologias, (veja-se por exemplo, EMBRAPA, 1984; EMBRAPA, 1985) as condições econômicas geradas pelo PEE indicam que o grau de adoção de novas tecnologias aumentará. A pressão dos agricultores para respostas mais rápidas por parte da pesquisa em relação aos seus problemas também crescerá. Os pesquisadores responderão com muita eficiência aos desafios dos agricultores. Assim, a geração e a adoção de tecnologias agropecuárias darão um salto qualitativo, em atendimento à extensão dos problemas e à sua profundidade. Tudo depende do êxito do Programa.

Prevê-se que os primeiros a se beneficiarem pela adoção de novas tecnologias serão os grandes e médios proprietários, que cultivam, em geral, uma ou duas grandes culturas (soja, trigo, por exemplo). Estes são os setores mais dinâmicos e de resposta mais rápida já que estão num nível tecnológico bem elevado. Mas os reflexos, a médio prazo, deverão se fazer sentir em todo o setor, atingindo também os pequenos proprietários, principalmente os que já possuem as pré-condições para o desenvolvimento. Estes agricultores são definidos como os que, de alguma forma, já estão engajados no mercado, possuem algum capital e firme determinação de progredir.

Para analisar com mais profundidade os impactos do PEE sobre a tecnologia agropecuária, distinguir-se-á, entre tecnologias mecânicas e químico-biológicas.

Tecnologias mecânicas

As tecnologias mecânicas caracterizam-se, particularmente, como poupadoras de mão-de-obra. Em outras palavras, aumentam a produtividade do trabalho. Há estágios no processo de mecanização em que as inovações e sua adoção multiplicam em muitíssimas vezes a capacidade de produção de um agricultor. A passagem da enxada para o trator é um exemplo típico. O mesmo homem que cultiva 1 a 2 hectares com uma enxada, poderá lavar 50 a 100 hectares com um trator. As inovações mecânicas no Brasil são muito importantes para as culturas anuais. Para a pecuária, a mecanização tem algumas limitantes, como é o caso do gado de corte extensivo. Em algumas áreas, porém, como o confinamento de gado de leite de engorda, suínos e aves o processo está se iniciando.

O aumento da mecanização, principalmente nas culturas anuais comerciais, e a melhoria de sua eficiência são as principais linhas tecnológicas de imediata adoção por parte dos agricultores. Por exemplo, as regiões de trigo e soja, particularmente nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul que já utilizam uma tecnologia bastante avançada, — se comparada com os padrões médios brasileiros —, tenderão a expandir suas áreas cultivadas. Aliados à estabilidade econômica, os preços compensadores oferecidos pelo Governo para compra do trigo e os VBC's estão sendo uma oportunidade para se capitalizar e consolidar o nível tecnológico e melhorá-lo ainda pela incorporação de novas invenções.

A demanda por máquinas agrícolas está aquecida. As novas máquinas compradas, mais eficientes que as anteriores, se forem de uso múltiplo para outras culturas, provocarão também um aumento de eficiência técnica e econômica nestas. O processo de mecanização também prosseguirá para as culturas de arroz irrigado e de sequeiro. As informações disponíveis indicam que também na área de equipamentos para a irrigação a demanda tem aumentado. As culturas de milho e feijão, além dos condicionantes de relevo em algumas regiões, enfrentam o problema da falta de capital para a compra de máquinas por parte dos pequenos produtores. Para estes agricultores, o Governo deverá criar formas de permitir o acesso de máquinas e equipamentos, caso contrário serão marginalizados do processo.

A busca de novas tecnologias e a pressão sobre as instituições de pesquisa nos próximos tempos será grande, especialmente no que se refere a máquinas e equipamentos adaptadas às condições do pequeno e médio produtor e que atendam a exigência de baixo custo. O aumento da eficiência no trabalho e a diminuição das perdas na colheita devem merecer tratamento prioritário.

Tecnologias químico-biológicas

As tecnologias químico-biológicas têm a função de substituir terra, ou aumentá-la a produtividade. Nesta categoria estão inseridas as tecnologias de sementes melhoradas, tratamentos culturais, raças de pequenos e grandes animais mais eficientes na taxa de conversão insumo-produto, fertilizantes, corretivos e defensivos.

A procura de sementes melhoradas por parte dos agricultores crescerá em muito, nos próximos meses, para todas as principais culturas. O exemplo mais gritante são as informações relativas ao plantio de trigo. Só no Estado do Paraná praticamente já foram adquiridos 7,5 milhões de sacas de sementes de trigo, o que corresponderia a quase 2 milhões de hectares de área plantada.

Os recentes leilões de gado de raças melhoradas acenam para a mesma direção. Há uma preocupação por parte dos pecuaristas de melhorar o seu plantel, tornando-o mais produtivo. Em relação ao gado de leite, abateu-se uma crise sobre o setor devido a relação desfavorável de preços entre os insumos e o produto leite. O preço deste produto, quando da decretação do PEE, estava aviltado. Seu congelamento àquele nível tem trazido prejuízos ao produtor, com tendência à queda nos níveis

médios de produtividade em função da necessidade de reduzir os custos de produção. Outros estão abandonando a atividade. Neste setor, a adoção de novas tecnologias que aumentem a produtividade do rebanho, mas que exigem novos investimentos são pouco prováveis de ocorrerem. Apenas serão adotadas novas tecnologias, neste caso, quando diminuírem os custos de produção. O subsídio de 30% ao produtor traz novas esperanças.

Além da estabilidade trazida pelo PEE, a queda dos preços do petróleo no mercado internacional, tornaram os fertilizantes relativamente mais baratos, principalmente os nitrogenados. Estes dois fatores permitem prever uma elevação no consumo de fertilizantes e corretivos para a agricultura nos próximos anos. A utilização de sementes melhoradas e uma adubação adequada permitem prever que a agricultura brasileira particularmente a comercial, terá bons ganhos de produtividade. Como não houve grandes investimentos em fábricas de fertilizantes, é possível até que o País venha a importar algum tipo de produto, como o vem fazendo com o potássio. Os defensivos deverão ter também seu consumo elevado, mas o controle biológico de pragas e doenças passará a ser mais intensivo. Isto porque implica em redução de custos, proteção do meio ambiente sem diminuição da produção.

As culturas de subsistência dos pequenos produtores em geral, mas particularmente no Nordeste, não serão beneficiadas na mesma proporção e com a mesma rapidez, porque se encontram em um estágio muito atrasado. O Governo deverá implementar um programa de promoção destes agricultores, para que também venham a se beneficiar mais direta e rapidamente das condições dadas para a agricultura do País como um todo e dos ganhos tecnológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

a. O Programa de Estabilização Econômica nasceu da necessidade de se controlar a inflação galopante no Brasil. Os reflexos do Programa sobre a agropecuária, de uma maneira geral, podem ser vistos como positivos, tanto a curto prazo, como principalmente a médio-longo prazos.

b. O planejamento da propriedade agrícola como um todo e de cada uma de suas atividades torna-se uma prática útil e possível. Espera-se que com a eliminação da correção monetária, recursos significativos venham a ser investidos na atividade produtiva da agropecuária. Aos agricultores o PEE diminuiu incertezas quanto a custos de produção e receitas com a venda do produto. Com o sucesso do PEE, o agricultor terá a certeza de que não gastará mais do que planejou e que ganhará pelo seu produto o preço real, pelo menos o mínimo garantido pelo Governo. Poderá planejar com mais segurança o que plantar e a que nível tecnológico. Terá uma visão mais segura do volume de investimentos que poderá realizar. É necessário, porém, que o Governo, por sua parte, defina uma política agrícola estável, de médio-longo prazo, evitando mudanças circunstanciais que instabilizem o setor. As condições estão dadas.

c. Juros preferenciais deverão continuar para a agricultura, devido ao alto risco desta atividade. Não se espera que aumente o **desvio** do crédito agrícola para outras finalidades. De outro lado, os agricultores aguardam que o Governo coloque recursos suficientes, via crédito, para as atividades da agricultura.

d. As informações disponíveis indicam que os investimentos que começam a se realizar na agropecuária serão um forte fator de estímulo à mudança tecnológica. O sucesso do Plano Cruzado levará a aumentar, num primeiro momento, a mecanização e também a adoção de novas tecnologias químico-biológicas. As recentes vendas de máquinas e equipamentos, de fertilizantes e dos leilões de bovinos acenam para esta direção.

e. Primeiramente, as mudanças tecnológicas beneficiarão os médios e grandes proprietários, particularmente os de culturas anuais. Espera-se que os benefícios desta transformação sejam também estendidos aos pequenos produtores. A ação governamental é fundamental para redirecionar os efeitos do Pacote, procurando uma maior equidade na distribuição dos benefícios.

f. Prevê-se que crescerá a pressão sobre as Instituições de pesquisa para que coloquem à disposição dos agricultores novas tecnologias mais eficientes. O desafio está lançado.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos seguintes colegas pelos subsídios fornecidos e sugestões apresentadas: Aloisio Teixeira Gomes - CNP Gado de Leite - Coronel Pacheco - MG, Amairte Benevenuto - Departamento de Difusão de Tecnologia - EMBRAPA - DF, Antonio Flavio Dias Ávila - Departamento de Estudos e Pesquisas - EMBRAPA - DF, Antonio Jorge de Oliveira - DEP-EMBRAPA - DF, Arnaldo José de Conto - CNP Trópico Úmido - Belém - PA, Derli Dossa - Área Adm. Rural - DEP - EMBRAPA - Paraná, Flavio Guilhon de Castro - CNP Gado de Leite - Coronel Pacheco - MG, Sônia Milagres Teixeira - CNP Arroz e Feijão - Goiânia - GO e Zenith Arruda - CNP Gado de Corte - Campo Grande - MS.

REFERÊNCIAS

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, Brasília, DF. **EMBRAPA** ano 12. Brasília, 1985. p. 72.

—. **Síntese**: tecnologias geradas pelo sistema. Brasília, 1984. p. 767.

GOVERNO será grande comprador da safra e gastará Cz\$ 23 bilhões. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 8 abr. 1986. p. 21.

LOPES, M. de R. **O impacto de curto prazo de reforma econômica no setor agrícola**. Brasília, Companhia de Financiamento da Produção, 1986. 5p.

MELO, F. H. de. A agricultura pós-pacote. *Exame*, 18(347):106, mar. 1986.

A TABELA de preços do governo para os insumos agrícolas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 abr. 1986. Supl. agric. p. 8.

ANEXO I

DEBATES

Carlos Augusto Mattos Santana*

O trabalho 'O programa de estabilização econômica e seus reflexos sobre a agropecuária' pode ser visto como sendo composto de duas partes. Na primeira, os autores fizeram algumas observações a respeito do impacto do Programa de Estabilização Econômica (PEE) sobre os preços recebidos e sobre os preços pagos pelos produtores. Além disso, apresentaram as alterações no crédito rural. Na segunda parte, teceram algumas considerações a respeito do efeito do PEE sobre a adoção de novas tecnologias.

O primeiro comentário que gostaria de fazer é que, embora os itens que compõem a primeira parte do trabalho sejam importantes para se fazer inferências sobre a adoção de novas tecnologias, eles não foram utilizados para tal, pela forma superficial pela qual foram analisados aqueles primeiros itens. Acho que seria importante desenvolver uma análise mais profunda naquela parte do trabalho, mostrando, por exemplo, o que aconteceu com os preços recebidos pelos produtores no período que se segue à decretação do PEE. Segundo Homem de Melo (Gazeta Mercantil de 10 a 12/05/86), o índice de preços recebidos pelos produtores de quinze culturas no Paraná teve, em março, uma variação negativa de 2,4%, com diminuição de preços de vários produtos alimentares importantes.

Tendo em vista que um dos objetivos desse trabalho é identificar o impacto do PEE sobre os preços recebidos pelos produtores, acredito que seria interessante examinar o comportamento daqueles preços após a decretação do PEE e verificar se os movimentos identificados têm alguma relação com o plano cruzado.

Outra observação que tenho a fazer diz respeito a parte do trabalho onde dizem: 'E investimentos, tanto de recursos próprios ou de terceiros são uma predisposição e condição para a adoção de tecnologias inovadoras no setor agropecuário. Como o País dispõe de um estoque significativo de tecnologias as condições geradas pelo Programa Governamental indicam que o grau de adoção de novas tecnologias aumentará'. É verdade que a predisposição de investir é um fator importante; no

* Pesquisador em Economia Rural do Departamento de Difusão de Tecnologia (DDT/EMBRAPA) - Brasília, DF.

entanto, isto não significa necessariamente que os investimentos serão orientados para adoção de novas tecnologias. A meu ver, os nossos colegas não fundamentaram suficientemente a afirmativa de que '... as condições econômicas geradas pelo Programa governamental indicam que o grau de adoção de novas tecnologias aumentará'. No momento, não há indicações de que o PEE tenha modificado a rentabilidade das novas tecnologias já disponíveis e ainda não adotadas. Além disso, ao contrário do que os autores parecem sugerir, o PEE não alterou o processo de geração de tecnologia de forma que de agora em diante o sistema de pesquisa passe a produzir tecnologias de mais fácil adoção.

Se eu tivesse que arriscar uma opinião a respeito do impacto do PEE sobre a adoção de novas tecnologias, diria que, ao que parece, a implementação daquele Programa afetará apenas marginalmente o grau de adoção de novas tecnologias.

Gostaria de adicionar que, como a decisão de investir recursos próprios na agricultura parece ser um fator importante para os autores, talvez seja interessante incluir no trabalho uma análise sobre o comportamento do nível da poupança dos produtores. Através desta análise poderiam ser feitas inferências qualitativas a respeito do volume de recursos próprios que possivelmente serão canalizados para agricultura. Para o desenvolvimento daquela análise, sugiro que se examine a tendência das seguintes relações:

- índice de preços recebidos/índice de preços pagos pelos produtores; e
- custos operacionais/preços do produto na safra.

Estas relações oferecem indicações com relação ao comportamento da rentabilidade e, conseqüentemente, das poupanças reais na agricultura.

Além de se examinar estes indicadores para se obter informações sobre a tendência do nível de poupança, também é interessante analisar a evolução do crédito rural.

Embora eu não tenha examinado com cuidado estes indicadores, a minha impressão é de que o nível das poupanças reais dos agricultores decresceu nos últimos anos. Assim sendo, não deveríamos esperar um grande aumento de investimento de recursos próprios.

Ainda sobre a questão de investimento na agricultura, ressaltaria que devemos ter cuidado ao associar o recente crescimento da demanda por máquinas (e implementos) e o sucesso dos leilões de gado ao PEE. Isto porque existem outros fatores que podem estar influenciando aqueles acontecimentos; por exemplo, o medo da reforma agrária.

Outro ponto que me chamou a atenção, embora não tenha sido mostrado explicitamente neste trabalho, é que o PEE, por ter sido desenvolvido com o intuito de eliminar o componente inercial da inflação, não produziu alterações estruturais no setor agrícola. Assim sendo, ele favorece a manutenção do modelo de desenvolvimento que já vinha sendo adotado. Tanto é assim, que os autores argumentam, dentre outras coisas, que os primeiros a se beneficiarem da adoção de novas tecnologias serão os grandes e os médios proprietários; e que as culturas de subsistência dos pequenos produtores em geral, mas particularmente no Nordeste, não serão

beneficiadas na mesma proporção e com a mesma rapidez que a agricultura comercial. Estes pontos indicam que outras medidas deverão ser adotadas para corrigir distorções, uma vez que o PEE foi criado com um propósito bem definido.

Gostaria de mencionar, também, que senti falta, no trabalho de nossos colegas, de uma análise sobre o efeito do PEE no mercado de mão-de-obra. Por exemplo, eles argumentam que haverá uma grande expansão da mecanização. No entanto, não dizem se o custo da mão-de-obra justifica aquela expansão, nem o que ocorreria no mercado de trabalho.

Antes de terminar, gostaria de fazer três observações sobre o item 'produtos garantidos por preços mínimos' do trabalho, onde o impacto do PEE sobre os preços dos produtos beneficiados pela política de preços mínimos foi analisado:

1. Segundo os autores, o PEE resultou em um incentivo à produção agrícola através da incorporação da variação da ORTN até fevereiro de 1986 na correção dos preços mínimos. A meu ver, o resultado daquele procedimento não deve ser visto como um incentivo, pois o preço mínimo tem relação com os custos de produção. O que o Governo fez foi ser coerente, pois tendo em vista que, ao estabelecer que a variação da ORTN até fevereiro incidiria sobre o débito de custeio, ele não poderia proceder de maneira diferente. Caso contrário, estaria prejudicando os produtores¹. Em síntese, para que houvesse incentivo, o processo de correção do preço mínimo teria que resultar em um valor maior do que aquele que acabou sendo estabelecido.

2. No primeiro parágrafo do item 'produtos garantidos por preços mínimos', nossos colegas parecem argumentar que, no caso dos produtos cobertos pela política de preços mínimos, a decretação do congelamento/tabelamento de preços não poderia fazer com que o preço recebido pelos produtores caísse abaixo do preço mínimo. Segundo os fatos indicam, isto não é verdade, haja vista que no caso do arroz o tabelamento a nível de varejo a Cz\$ 6,60 o quilo levou vários produtores a vender o seu produto abaixo do preço mínimo.

3. No segundo parágrafo do item 'produtos garantidos por preços mínimos', os autores disseram que 'em face da situação de mercado de produtos agrícolas, estimativas indicam que o Governo deverá adquirir, neste ano, ao redor de nove milhões de toneladas de grãos...'

Gostaria de sugerir que, dados os objetivos do trabalho, eles caracterizassem a situação de mercado a que se referem: Ela decorre do PEE? ou não?

Elmar Wagner*

O trabalho 'O Programa de Estabilização Econômica e seus Reflexos sobre a Agropecuária' levanta duas questões importantes: a primeira delas refere-se a 'uma

¹ Isto no caso de o preço mínimo ter ficado abaixo do nível em vigor.

* Pesquisador da EMBRAPA e assessor do Presidente.

maior pressão sobre as instituições de pesquisa por novas tecnologias' e a segunda, à afirmação de que 'o desafio está lançado'.

Muitos são àqueles que julgam que em cada década o País toma uma ou duas grandes decisões. Assim, na década de 30 o País decidiu pela sua industrialização; na de 40 decidiu que o nosso problema era o de transferência de tecnologias, criando o serviço de extensão rural; na década de 50 tornou realidade a decisão dos anos 30 e decidiu interiorizar o desenvolvimento, transferindo a capital para o Centro-Oeste; na de 60 produziu uma reforma universitária; na de 70 decidiu fortalecer a pesquisa agrícola, criando a EMBRAPA e até agora, na década de 80 se destaca a criação de dois Ministérios, o da Ciência e Tecnologia e o da Irrigação, para o que a ciência e tecnologias agrícolas deverão prestar muita atenção.

No início dos anos 60, época de inflação galopante, implantar um hectare de pastagem cultivada custava mais caro do que adquirir uma gleba de mesma área. Parece lógico que com recursos próprios, qualquer fazendeiro optaria pela segunda, aumentando seu patrimônio. Foi o crédito agrícola, em consequência, que permitiu o aporte de maquinaria, fertilizantes, defensivos, etc à agricultura, oriundos do desenvolvimento industrial.

No início dos anos 80, vinte anos depois, a inflação se descontrola e todo o Setor Agrícola (Primário, Secundário e Terciário), também se desorganiza, já não respondendo a nenhum estímulo e programas. Foi o pior período para a geração e a adoção de tecnologias. O produtor rural, o produtor de insumos e o produtor agro-industrial pouco ou quase nada puderam fazer, todos atuando ineficientemente ou com capacidade ociosa.

A afirmação de que os efeitos positivos do PEE recairão sobre 'produtores especializados em agricultura', conduz o debate a algumas linhas de reflexão, como por exemplo:

1. Nos anos 60, o aporte significativo da indústria de insumos demandou crédito (chamado agrícola) o que em dez anos, determinou a necessidade de geração de tecnologias; nos anos 80, uma possível estabilização, volta a mobilizar a indústria, que demandará recursos do produtor. Será que só na década de 90 voltaremos a reconhecer o papel da Ciência e Tecnologia?

2. Supondo que o Programa realmente estabilize a economia, seguramente deveríamos atentar, em curto prazo, para tecnologias que levem mais engenharia e administração ao campo, justamente para quem pratica a agricultura profissional.

3. A médio e longo prazos, sem diminuir a experimentação agrícola, haveria que se atentar, desde agora, para a investigação científica, a fim de não sermos surpreendidos ao cabo de outros vinte anos.

Em resumo, dentro de uma provável nova conjuntura, a curto prazo, deve-se prestar atenção às necessidades sentidas pelo produtor rural e pelo produtor de insumos, e a médio e longo prazos, aportar soluções para problemas que os técnicos e cientistas devem antever em seus exercícios exploratórios.

É óbvio que estes comentários, pretendendo serem adicionais e provocativos ao debate, assim como os autores o fazem, partem da concordância do debatedor com as teses formuladas.

ANEXO II

COMENTÁRIOS DO PLENÁRIO

Alberto Momma*

Após a edição do D.L. 2283, posteriormente ratificado pelo D.L. 2284, diversos procedimentos administrativos e regulamentares na forma de Resoluções e Cartas Circulares procuram disciplinar o funcionamento econômico-financeiro do setor agrícola. Destes, a mais importante é a Resolução 1.131 com base no Voto CMN 141/86 que estabelece taxas de juros reais de 3% a 10% a.a. com repactuação semestral, diminuição expressiva dos montantes financiáveis e redução drástica nos prazos de ressarcimento dos empréstimos. Adicionalmente, foram também introduzidas modificações substanciais na política de garantia de preços mínimos e na sistemática de financiamentos de custeios (Votos CMN 143/86, 149/86 e 150/86) com vistas à compatibilização dos objetivos do D.L. 2284.

Do elenco dessas medidas e considerando que o custo de oportunidade do capital constitui parâmetro de referência para a retomada de investimentos em qualquer setor produtivo infere-se que, na realidade, o plano de estabilização econômica tal como se apresenta atualmente, beneficia preferencialmente os agricultores já consolidados, tradicionais e bem posicionados na agricultura. Não há, a rigor, nenhuma indicação clara e segura baseada em fatos econômicos relevantes e representativos de tendência de que a agricultura vá retomar o seu processo de desenvolvimento. Corroboram para essa observação, de um lado, as restrições creditícias em termos de condições dos encargos financeiros (prazos, carência, limites de adiantamentos e volume de recursos) aliadas à própria indefinição do Governo em explicitar os objetivos e metas para o setor agrícola e, de outro, a ausência de uma política clara de renda para a agricultura. Por enquanto, o único mérito do plano de estabilização para a agricultura foi o de eliminar com a correção monetária de curto prazo (inferior a 12 meses), permanecendo tudo o mais como antigamente (Circular 1.017, Voto 099/86) ainda mais reforçado com a cláusula de repactuação semestral constante na Resolução 1.131. Falta ainda, portanto, um longo e árduo caminho a percorrer para a consecução de uma adequada dinâmica desenvolvimentista para o setor agropecuário.

Amairte Benevenuto*

Tendo em vista a exposição dos autores sobre o impacto do Programa de Estabilização sobre o setor agrícola, cabe lembrar que na década de 60, segundo estudo realizado por Claudio Contador, o crédito rural teve participação significativa entre

* Assessor da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Agricultura - Brasília, DF.

* Pesquisador do DDT/EMBRAPA - Brasília, DF.

os fatores explicativos da mudança tecnológica em vários Estados brasileiros. Entretanto, segundo estudo realizado por João Sayad, a partir de meados de 70 esse instrumento perdeu em muito sua eficácia sobre a produção agropecuária: com a aceleração das taxas inflacionárias e a expansão do mercado financeiro, boa parte dos recursos do Programa Nacional de Crédito Rural passou a ser utilizada pelos grandes e médios produtores em substituição aos recursos próprios aplicados no mercado financeiro.

Com o Programa de Estabilização, as oportunidades de ganhos fáceis no meio urbano ficaram bastante reduzidas. As notícias da enorme expansão na demanda de máquinas agrícolas, veiculadas pelos meios de comunicação, podem muito bem refletir o retorno de grande parte desses recursos para o setor agrícola. Cabe refletir se esse aumento na demanda de máquinas traz embutido algum tipo de mudança tecnológica ou se está sendo utilizado para expandir o nível de atividades, apenas. De qualquer forma, reflete uma expansão no nível de investimento setorial.

Gostaria de levantar um outro ponto que está relacionado com a atual expansão do nível de investimento. Trata-se da alteração na proporção das despesas com mão-de-obra nos custos de produção agrícola. Tem-se verificado, a nível global da economia, uma expansão generalizada da demanda, particularmente por bens de primeira necessidade, mesmo depois da estabilização dos depósitos em poupança. Isto pode ser explicado pela recuperação de poder aquisitivo, principalmente das classes trabalhadoras que percebem salário-mínimo. E são as classes de menor poder aquisitivo, justamente, as que apresentam maior elasticidade-renda de demanda com bens de primeira necessidade. Ora, a agricultura é o setor que paga os menores salários e, com a decretação do Programa de Estabilização, é o setor onde a massa salarial pode ter apresentado maior aumento relativo. Não seria essa alteração na proporção das despesas (mão-de-obra relativamente mais cara) uma das fontes de explicação da atual preferência dos agricultores pela reposição e/ou expansão de seus estoques de capital?

Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro *

No trabalho em questão, verifica-se uma concepção implícita de 'desenvolvimento' histórico que é muito peculiar e problemática. Especialmente nas discussões sobre o papel da pesquisa e da inovação tecnológica, identifica-se uma preocupação dos autores com a necessidade de equiparação de um dado nível tecnológico a um padrão pré-determinado de desenvolvimento. No caso, os modelos que servem como referências parecem ser os dos chamados países 'centrais' - Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e França, por exemplo. Nesse sentido, a nossa formação social concreta, deveria, no extremo, seguir determinadas etapas que, inexoravelmente, levariam aos padrões tecnológicos dos países desenvolvidos. É como se estivessemos atrasados no relógio da humanidade e precisássemos acertar os nossos ponteiros.

* Pesquisador do DDT/EMBRAPA - Brasília, DF.

Essa perspectiva (não explícita no trabalho) tende a tratar do desenvolvimento de distintas formações econômico-sociais como um único processo (linear) que, inevitavelmente, repetiria a história de uma formação social concreta tida como referencial. A literatura da sociologia do desenvolvimento apresenta diversos trabalhos que, grosseiramente, assumem essa postura implícita e/ou explícita. Gerschekron, Hoselitz e Rostov são autores que muito se aproximam dessa concepção. A crítica a essas posições tem muito o que ver com estudos da CEPAL e, posteriormente, com teóricos da dependência, tais como Frank, Cardoso, Faletto. Em suma, o que se reivindica é que o desenvolvimento não é um processo neutro e a-histórico, mas, ao contrário, que esse processo é específico a cada formação social concreta, o que não significa que seja isolado do contexto geral de reprodução do capital, enquanto relação social. Na verdade, é nesse contexto global que se configura a situação de dependência na qual estamos inseridos. E é nesse quadro (da dependência) que se deve procurar entender o papel do desenvolvimento tecnológico local, em particular.

Desse modo, a inovação tecnológica, ao invés de assumir posição de força propulsora e autodeterminada (neutra) dos desdobramentos históricos, passa a ser entendida como contendo um conteúdo social (político e ideológico) e motivada por razões objetivas das determinações estruturais de dada sociedade.

Cyro Mascarenhas Rodrigues *

Entendendo a tecnologia como produto de relações sociais determinadas historicamente, aceitamos que as mudanças efetivadas nas formas de organização e distribuição da produção afetam a questão da geração de tecnologia, apropriação e conseqüências do seu uso. Entretanto, não podemos concordar com a assertiva dos colegas expositores de que o Programa de Estabilização Econômica traga no seu bojo transformações que redundem numa pressão maior dos agricultores pela busca de novas tecnologias. O colega Carlos Santana colocou bem a sua crítica em relação a este ponto com a qual concordamos, querendo apenas adicionar alguns comentários complementares.

Em verdade, o pacote econômico deflagrou apenas uma reforma monetária com o objetivo de controlar a inflação, no que foi bem sucedido, conservando todas as perversões do modelo econômico dos últimos vinte anos onde prevalecem os interesses de acumulação do capital industrial e financeiro e setores agrários inseridos nos benefícios da política de modernização agrícola. É claro que os beneficiários do pacote continuarão sendo os mesmos segmentos dominantes que prevaleceram antes de sua decretação. Não há qualquer indício de redistribuição de renda dentro das medidas propostas. Pelo contrário, a concentração tende a se aguçar, verificando-se, apenas, uma transferência momentânea de renda do capital financeiro para o capital industrial e agrário. Os que não detêm os meios de produção, a

* Pesquisador do DDT/EMBRAPA - Brasília, DF.

exemplo de trabalhadores rurais e pequenos proprietários, terão congelada a sua indigência. Como se vê, o trabalho foi mais uma vez penalizado com esta reforma que sepulta de uma vez por todas a possibilidade de reposição das perdas salariais confiscadas nos últimos vinte anos. Os autores mostram isso claramente quando, ao justificar as vantagens do pacote para os empresários rurais, enfatizam o custo relativo de mão-de-obra mais barata, considerando o reajuste salarial de 33% a partir de março, quando deveria ser de 67%. Em outras palavras, o salário mínimo que em novembro de 1985 equivalia a 85 dólares teve o seu valor real reduzido para 68 dólares a partir de março de 1985.

Feitas estas considerações, cumprimentamos os companheiros do DEP pela iniciativa do debate e propomos que esta temática seja discutida novamente após quatro meses quando os efeitos do Programa de Estabilização Econômica serão mais nítidos, ensejando-nos a oportunidade de nova avaliação.

Luis Eduardo Acosta Hoyos *

Eu gostaria de falar sobre dois pontos: primeiro sobre o painel e segundo sobre o Programa de Estabilização Econômica.

Considero o painel e eventos desta natureza, da máxima importância para se debater, em forma multidisciplinar, assuntos da atualidade e encorajo os colegas do Departamento de Estudos e Pesquisas (DEP/EMBRAPA) a continuarem liderando este centro de debates intelectuais em benefício das comunidades da EMBRAPA e da SOBER.

Sobre o Programa de Estabilização Econômica seria bom esclarecer que não se trata do estabelecimento de um novo modelo econômico, mas sim da estabilização do modelo vigente. É essa a razão pela qual estou de acordo com a hipótese do trabalho apresentado, já que ao se favorecer mais o setor produtivo que ao setor financeiro, o primeiro virá inexoravelmente a exigir novas tecnologias. O que devemos ter em conta é o tipo de tecnologias que vão ser geradas e para isso devemos pensar primeiro que tipo de sociedade nós queremos, sem deixar-nos conduzir à criação de tecnologias adequadas a outras sociedades com tendências e estágios de desenvolvimento diferentes. As inovações tecnológicas da agricultura norte-americana foram orientadas para responder às tendências sociais próprias e aos fatores relativos de produção: abundância de capital, terra, energia e carência de mão-de-obra. As tendências atuais de alta mecanização, informatização, grandes propriedades e insumos intensivos em energia da agricultura norte-americana são de todos conhecidas.

Já no caso do Brasil a sociedade e estágio de desenvolvimento são diferentes, exigindo respostas diferentes e não só cópias tecnológicas. Se o programa de estabilização privilegiou só aos grandes e médios produtores, acho que instituições como a EMBRAPA devem pensar em tecnologias que favoreçam aos pequenos produtores no mesmo nível que o programa de estabilização favorece aos grandes e médios produtores.

* Técnico da Assessoria de Cooperação Internacional (ACI/EMBRAPA) - Brasília, DF.

ANEXO III

COMENTÁRIOS FINAIS DOS AUTORES

Agradecemos as críticas e opiniões apresentadas pelos Debatedores, e os comentários do Plenário. Elas são valiosas contribuições para o aperfeiçoamento do nosso trabalho e se constituem em subsídios de inestimável valor no processo de planejamento da pesquisa agropecuária da EMBRAPA. Não é possível responder a todos os comentários. Atemo-nos aos principais:

1. O Programa de Estabilização Econômica e seus Reflexos sobre a Agropecuária é um trabalho de natureza técnica que objetivou a descrição e análise de uma situação de conjuntura da agricultura brasileira. Desta análise extraíram-se elementos para o redirecionamento da pesquisa agropecuária. É um trabalho analítico-descritivo e como tal tem que ser entendido. As colocações do plenário de que defenderíamos o modelo *status quo* da concentração da renda e dos meios de produção não procedem, porque este trabalho não teve a finalidade de discutir 'como devem ser as causas', isto é, não foi normativo. Constatamos uma realidade e descrevemos uma tendência. As inferências de alguns comentários de natureza valorativa (ideológica) podem ser brilhantes, mas estão fora do contexto.

As observações sobre o modelo implícito no Plano de Inflação Zero merecem uma discussão mais acurada. Qualquer instrumento de política econômica deve atender à finalidade para a qual foi acionado. Neste caso foi o combate à inflação. Não é possível colocar um instrumento em ação para resolver todos os problemas. Para melhorar a distribuição de renda existem as políticas tributária e fiscal. Cada instrumento orienta-se para o princípio da efetividade para o qual foi criado.

Na nossa opinião, há muita confusão nos propalados 'modelos alternativos'. Seus elementos constitutivos não estão claramente definidos e não apresentam consistência interna e de operacionalidade satisfatórias. Fica difícil distinguir-lhes os propósitos reais e a demagogia embutida em seu interior.

Um destes elementos, somente para exemplificar, refere-se à tese contrária à migração rural-urbana. Advoga-se que a tecnologia expulsou o homem do campo, tornando-o miserável nas periferias das cidades. Como solução propõe-se que o Governo crie um programa para evitar este processo migratório ou até revertê-lo. Sorte nossa que o Governo não embarca nesta canoa.

Estas linhas de pensamento esquecem-se de que o processo é irreversível. Se em 1980 a população rural representava aproximadamente 32% da total, as estimativas do IBGE indicam para o ano 2000 menos de 20% da população no campo. Naturalmente que as pessoas que vivem no campo têm também o direito de ter à sua disposição uma infraestrutura econômica e social condizente com a dignidade humana. Mas o Governo deve preocupar-se mais em criar empregos produtivos nas cidades e preparar essas pessoas para o trabalho através da educação.

2. Quanto à necessidade de maiores informações estatísticas para embasar determinadas conclusões, concordamos com a observação. Porém, séries estatísticas dos meses após o Plano de Inflação Zero, como por exemplo de preços recebidos e pagos pelos produtores rurais, não estão disponíveis no momento. De qualquer forma, a consulta que realizamos a técnicos de Brasília e de vários Estados também são fontes de informação, válidas para um estudo desta natureza cujo objetivo fundamental é provocar o debate na área de economia e sociologia rural. Estou certo de que a maioria dos presentes sai daqui com mais questionamentos do que quando entrou, mas também com mais informações para elaborar a sua própria síntese.

3. Reafirmamos que o Plano de Estabilização Econômica se constitui em um incentivo para a adoção de novas tecnologias. As notícias veiculadas na Imprensa, cada dia, comprovam esta nossa conclusão.

4. A sugestão de que se incluísse dados sobre a poupança dos agricultores é pertinente. Infelizmente não temos dados.

5. Concordamos que as decisões do Governo sobre crédito agrícola e outros instrumentos de política agrícola são muito importantes para a evolução do setor. Podem inclusive comprometer conclusões nossas.

6. Alguém perguntou: e se o Programa não der certo? Então o presente trabalho não é válido. Mas os autores expressam a idéia de que problemas temporários não irão causar o fracasso do Programa. A sua consistência interna e o apoio popular são os elementos fundamentais para o seu sucesso. E foi com esta convicção que o trabalho foi produzido.